

O PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE E SUA EXECUÇÃO VIA SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Gilberto Ferreira de Souza¹, Luci Fabiane Scheffer Moraes², Suzana Rachel de Oliveira³, Ana Paula Reche Corrêa³, Luciana Calabro⁴

1. Doutorando do Programa de Educação em Ciências da UFRGS. gilberto.souza@cnpq.br
2. Consultora do Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS do Ministério da Saúde.
3. Analista em Ciência e Tecnologia do CNPq.
4. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da UFRGS.

Resumo

O Brasil é um país com dimensões continentais e essa magnitude reflete-se em suas diferenças regionais e intra regionais nas dimensões sócio-cultural, econômica, tecnológica e, principalmente, no campo da saúde. Portanto, formatar programas e/ou sistemas que atendam a essas disparidades e que contribuam para a resolução de problemas da população é tarefa árdua e muito complexa. Este trabalho objetiva avaliar a efetividade do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse na gestão operacional das transferências realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico às Fundações de Apoio/Amparo à Pesquisa dos estados participantes do Programa de pesquisa para o sus: gestão compartilhada em saúde, entre os anos de 2008 a 2016. Esse sistema caracteriza-se por estar disponível na rede mundial de computadores e aberto à consulta pública, contribuindo com a transparência das ações governamentais.

Palavras-Chave: Programa PPSUS; Sistema SICONV; Transferências voluntárias.

Introdução

Com a finalidade de financiar pesquisas científicas e tecnológicas relativas aos temas constantes da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde – ANPPS (BRASIL, 2009), em 2002, o Departamento de Ciência e Tecnologia – DECIT, do Ministério da Saúde – MS formatou o Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS (BRASIL, 2011). O programa conta com parceiros federais (Ministério da Saúde - MS e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq) e estaduais (Fundações de Apoio/Amparo à Pesquisa - FAPs e Secretarias de Saúde - SES). A partir de 2003, o CNPq integra o PPSUS e é o responsável pela gestão operacional do Programa.

O PPSUS caracteriza-se por ser uma ação de execução descentralizada, com aporte de recursos federais e estaduais, e por compartilhar o poder decisório entre seus partícipes. Seus objetivos são amplos e buscam contribuir com a resolução dos problemas prioritários de saúde da população brasileira, com o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e, ainda, almeja promover a aproximação entre os Sistemas de Saúde e de Ciência e Tecnologia estaduais.

Os recursos federais pactuados no âmbito do PPSUS, sob responsabilidade do DECIT/MS, são repassados às FAPs via convênios celebrados com o CNPq. A partir de 2008, a Portaria Interministerial nº 127/2008, editada pelos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, e do Controle e da Transparência, estabeleceu-se que as transferências

de recursos da União a estados e municípios mediante a celebração de convênios e contratos de repasse dar-se-ia, exclusivamente, via Sistema SICONV.

Com essa nova diretriz normativa, desde 2008 o CNPq, gestor operacional do PPSUS, vem utilizando o SICONV – um sistema que se caracteriza por sua disponibilidade na web, acessível à consulta pública – como mecanismo que viabiliza as transferências de recursos da União às FAPs partícipes do Programa PPSUS.

Nessa linha, o objetivo deste trabalho é avaliar a efetividade do Sistema SICONV como veículo utilizado para transferir recursos da União às FAPs, entre 2008 e 2016, no âmbito do Programa PPSUS.

Metodologia

Adotou-se o estudo de casos múltiplos (YIN, 2001) como estratégia de pesquisa, que foi baseada na observação e busca ativa nos documentos que retratam a execução do programa nas FAPs. Os recursos investidos no Programa PPSUS, sob responsabilidade do DECIT/MS foram mapeados no Sistema SICONV, nos campos “Dados”, “Cronograma de Desembolso - Concedente” e “Concedente – OBs”. Para acessar o sistema, os autores/servidores do CNPq utilizaram suas respectivas senhas de acesso ao Sistema SICONV, via link “Acesso ao SICONV – Produção”.

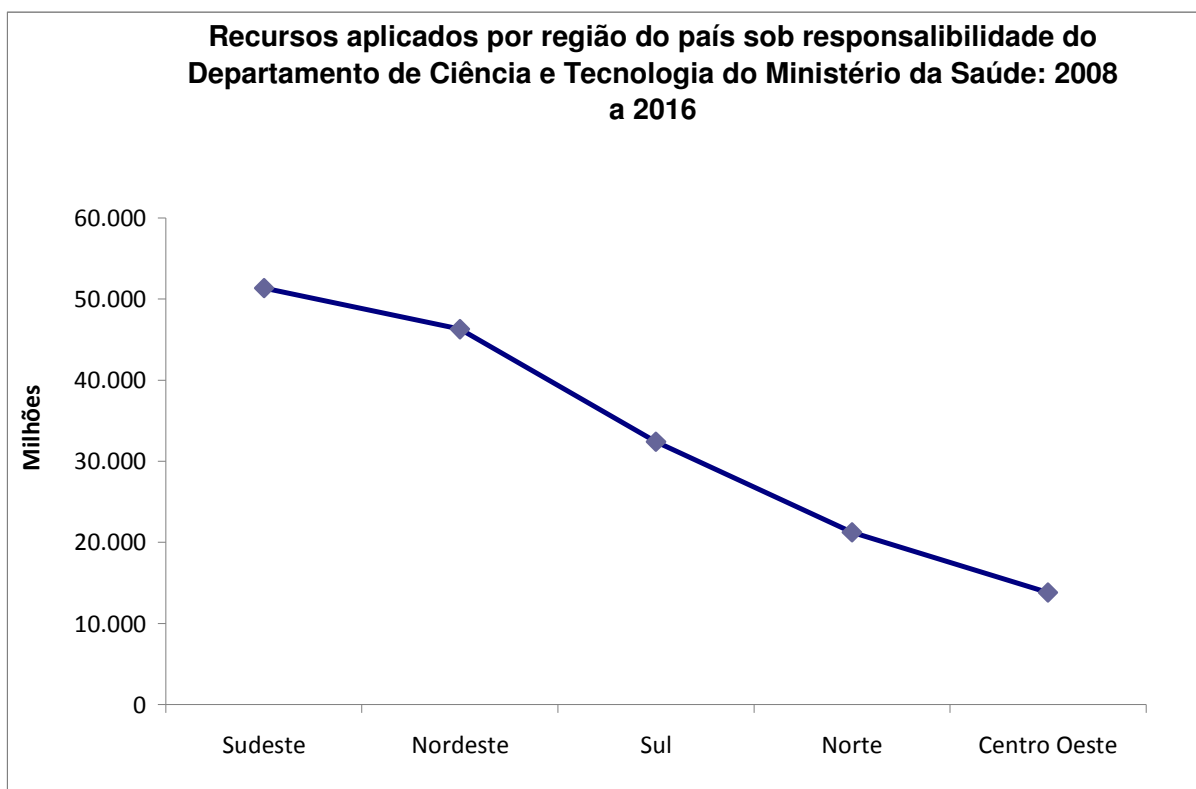
Resultados e Discussão

A partir de 2008, a transferência de recursos pactuados pela administração federal passou a ser regulamentada pela PO 127/2008, que estabeleceu o rito a ser utilizado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para transferir recursos oriundos da União a estados e municípios. O CNPq adotou esse modelo de transferências para viabilizar as cinco últimas edições do Programa PPSUS. Os investimentos sob responsabilidade do DECIT/MS totalizaram aproximadamente 165 milhões de reais, distribuídos entre as regiões do país, conforme descrito no Gráfico 1, que apresenta apenas os investimentos federais no programa.

A partir da identificação do volume de recursos repassados nas edições bem-sucedidas do programa, o Sistema SICONV mostrou-se adequado como veículo de repasse de recursos da União às FAPs, o que pode ser verificado nos dados disponíveis na web, abertos à consulta pública. O acesso livre ao sistema maximiza a transparência das ações e programas e possibilita ao gestor e aos órgãos de controle federais e estaduais o acompanhamento, em tempo real, dos registros lançados, que atestam a execução do objeto pactuado entre o CNPq e as FAPs.

Além disso, o Sistema SICONV também está conectado com outros sistemas utilizados pela Administração Pública, como o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC. Essas parcerias permitem, dentre outros benefícios, a verificação da adimplência dos partícipes dos convênios junto a diversos órgãos federais, sendo possível a visualização de toda a documentação que compõe o convênio, inclusive aquelas que retratam a execução financeira de seu objeto.

Gráfico 1. Recursos aplicados por região do país sob responsabilidade do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde: 2008 a 2016.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados constantes no Sistema SICONV.

Conclusões

A partir dos dados extraídos do Sistema SICONV é factível afirmar que o sistema é adequado e efetivo como mecanismo de transferência de recursos da União às FAPs. Sua utilização maximiza a transparência do objeto executado e facilita o seu acompanhamento pelos gestores federais, estaduais e pelos órgãos de controle, tanto da União, como dos estados partícipes do Programa PPSUS. Embora o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gestor do Sistema SICONV, tenha feito parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP para ofertar treinamentos presenciais e à distância, verifica-se que há um grande déficit de usuários capacitados a operacionalizá-lo de maneira adequada. Essa fragilidade é agravada pelo rodízio dos colaboradores que atuam, principalmente, no âmbito das FAPs e operam o sistema em seus diversos níveis. Outra vertente que dificulta sua utilização consiste no seu grau de detalhamento, que correspondem aos diversos dispositivos legais que devem ser cumpridos no rito de celebração e execução de convênios. Apesar das dificuldades relatadas quanto ao uso do sistema, em dezembro/2016, foi editada a Portaria Interministerial nº 424/2016, a qual mantém a obrigatoriedade do uso do Sistema SICONV como mecanismo de transferências de recursos oriundos da União a estados e municípios.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Seleção de prioridades de pesquisa em saúde: guia PPSUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos,

Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Descentralização no contexto do fomento à pesquisa em saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 626-30, 2011.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.